



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640104 - SP (2021/0013063-0)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CLODOALDO SAGUINI JUNIOR - SP330202  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : L D DA C (INTERNADO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de L D DA C em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* n. 2096660-27.2020.8.26.0000).

O paciente teve restabelecida pelo Tribunal de origem a internação provisória determinada pela prática em tese de ato infracional equiparado ao crime de roubo circunstanciado, a qual havia sido revogada pelo Juízo da 3ª Vara Especial da Infância e Juventude de São Paulo em razão do escoamento do prazo de 45 dias.

A impetrante sustenta a ilegalidade da internação provisória restabelecida, sem prazo fixado, ao argumento de que não ficou demonstrada a sua necessidade, situação que contraria a regra do art. 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Alega, ademais, a impossibilidade de prorrogação da medida por prazo superior a 45 dias.

Por fim, assevera que a privação de liberdade do paciente, sem justificativa idônea e por prazo superior ao limite da lei, destoa, ainda, das diretrizes estabelecidas pela Recomendação CNJ n. 62/2019 para o combate à pandemia da covid-19.

Requer, liminarmente, o recolhimento do mandado de busca e apreensão expedido em desfavor do paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que se confirme a medida liminar.

É, no essencial, o relatório.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, antes de apreciar o pedido de liminar, solicitem-se informações atualizadas, com urgência, por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, ao Juízo de primeiro grau, sobretudo acerca da internação provisória do paciente, especialmente o Relatório Polidimensional, e do processo de apuração de ato infracional instaurado em seu desfavor.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência